



Simulado Final

PGM NITERÓI

Analista Processual
Pós-Edital

Simulado

Simulado PGM Niterói (Analista Processual)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso PGM Niterói (Analista Processual);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PGM-Niteroi-Analista-06-05-23>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 - A B C D E | 20 - A B C D E | 41 - A B C D E | 61 - A B C D E |
| 02 - A B C D E | 21 - A B C D E | 42 - A B C D E | 62 - A B C D E |
| 03 - A B C D E | 22 - A B C D E | 43 - A B C D E | 63 - A B C D E |
| 04 - A B C D E | 23 - A B C D E | 44 - A B C D E | 64 - A B C D E |
| 05 - A B C D E | 24 - A B C D E | 45 - A B C D E | 65 - A B C D E |
| 06 - A B C D E | 25 - A B C D E | 46 - A B C D E | 66 - A B C D E |
| 07 - A B C D E | 26 - A B C D E | 47 - A B C D E | 67 - A B C D E |
| 08 - A B C D E | 27 - A B C D E | 48 - A B C D E | 68 - A B C D E |
| 09 - A B C D E | 28 - A B C D E | 49 - A B C D E | 69 - A B C D E |
| 10 - A B C D E | 29 - A B C D E | 50 - A B C D E | 70 - A B C D E |
| 11 - A B C D E | 30 - A B C D E | 51 - A B C D E | 71 - A B C D E |
| 12 - A B C D E | 31 - A B C D E | 52 - A B C D E | 72 - A B C D E |
| 13 - A B C D E | 32 - A B C D E | 53 - A B C D E | 73 - A B C D E |
| 14 - A B C D E | 33 - A B C D E | 54 - A B C D E | 74 - A B C D E |
| 15 - A B C D E | 34 - A B C D E | 55 - A B C D E | 75 - A B C D E |
| 16 - A B C D E | 35 - A B C D E | 56 - A B C D E | 76 - A B C D E |
| 17 - A B C D E | 36 - A B C D E | 57 - A B C D E | 77 - A B C D E |
| 18 - A B C D E | 37 - A B C D E | 58 - A B C D E | 78 - A B C D E |
| 19 - A B C D E | 38 - A B C D E | 59 - A B C D E | 79 - A B C D E |
| 20 - A B C D E | 39 - A B C D E | 60 - A B C D E | 80 - A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA*Fabrizio Dutra*

01. A essência da teoria democrática é a supressão de qualquer imposição de classe, fundada no postulado ou na crença de que os conflitos e problemas humanos – econômicos, políticos, ou sociais – são solucionáveis pela educação, isto é, pela cooperação voluntária, mobilizada pela opinião pública esclarecida. Está claro que essa opinião pública terá de ser formada à luz dos melhores conhecimentos existentes e, assim, a pesquisa científica nos campos das ciências naturais e das chamadas ciências sociais deverá se fazer a mais ampla, a mais vigorosa, a mais livre, e a difusão desses conhecimentos, a mais completa, a mais imparcial e em termos que os tornem acessíveis a todos.

O texto acima tem caráter:

- a) informativo
- b) didático
- c) narrativo
- d) argumentativo
- e) revolucionário

02. A essência da teoria democrática é a supressão de qualquer imposição de classe, fundada no postulado ou na crença de que os conflitos e problemas humanos – econômicos, políticos, ou sociais – são solucionáveis pela educação, isto é, pela cooperação voluntária, mobilizada pela opinião pública esclarecida. Está claro que essa opinião pública terá de ser formada à luz dos melhores conhecimentos existentes e, assim, a pesquisa científica nos campos das ciências naturais e das chamadas ciências sociais deverá se fazer a mais ampla, a mais vigorosa, a mais livre, e a difusão desses conhecimentos, a mais completa, a mais imparcial e em termos que os tornem acessíveis a todos.

Exerce função sintática diferentes dos demais o seguinte termo destacado:

- a) essência da teoria democrática

- b) imposição de classe,
- c) pela cooperação voluntária
- d) campos das ciências naturais
- e) difusão desses conhecimentos

03. Ainda sobre o fragmento de texto acima, o seguinte trecho “em termos que os tornem acessíveis a todos” poderia ser reescrito da seguinte forma:

- a) em termos que lhes tornem acessíveis a todos.
- b) em termos que tornem-nos acessíveis a todos.
- c) em termos que tornem-lhes acessíveis a todos.
- d) em termos que os tornem alcançáveis a todos.
- e) em termos que lhes tornem alcançáveis a todos.

04. Ainda sobre o fragmento de texto acima, No trecho “chamadas ciências sociais”, o emprego do termo “chamadas” indica que o autor

- a) vê, nas “ciências sociais”, uma panaceia, não uma análise crítica da sociedade.
- b) considera utópicos os objetivos dessas ciências.
- c) prefere a denominação “teoria social” à denominação “ciências sociais”.
- d) discorda dos pressupostos teóricos dessas ciências.
- e) utiliza com reserva a denominação “ciências sociais”.

05. “Todo abacate é verde. O incrível Hulk é verde. O incrível Hulk é um abacate.”

Todo argumento pode se tornar um sofisma: um raciocínio errado ou inadequado que nos leva a conclusões falsas ou improcedentes.

O último parágrafo do texto é um exemplo de sofisma, considerando que, da constatação de que todo abacate é verde, não se pode deduzir que só os abacates têm cor verde.

Esse é o tipo de sofisma que adota o seguinte procedimento:

- a) enumeração incorreta
- b) generalização indevida
- c) representação imprecisa
- d) exemplificação inconsistente
- e) falso discurso de autoridade

06. “Ele achou que fosse receber algum dinheiro. Recebeu dinheiro algum.”

Essa frase mostra a mudança de sentido com a posposição do termo ‘algum’. Assinale a opção em que o mesmo fenômeno acontece com a dupla abaixo.

- a) competente diretor / diretor competente
- b) carro novo / novo carro
- c) tempo bom / bom tempo
- d) ajuda necessária / necessária ajuda
- e) importante personagem / personagem importante

07. Assinale a opção em que a frase se encontra na voz ativa.

- a) Não se faz mais carro como antes.
- b) Ouviu-se o seu grito de desespero.
- c) Não se acredita mais nesse tipo de história.
- d) Espera-se a sua presença.
- e) Não se compra roupa de frio nesta cidade.

08. Assinale a frase que apresenta uma visão negativa sobre a tecnologia.

- a) A tecnologia move o mundo.
- b) O problema não é se as máquinas pensam, mas se os homens fazem.
- c) A tecnologia é só uma ferramenta. No que se refere a motivar as crianças e conseguir que trabalhem juntas, um professor é um recurso mais importante.
- d) A tecnologia é uma palavra que descreve alguma coisa que ainda não funciona.
- e) Sempre teremos Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática conosco.

09. Frase da semana: “Computadores são inúteis. Eles só podem dar respostas” (Pablo Picasso)

Se fosse inserido um conectivo entre as duas frases acima, assinale a opção que traz o mais adequado:

- a) Computadores são inúteis, portanto só podem dar respostas.
- b) Computadores são inúteis, pois só podem dar respostas.
- c) Computadores são inúteis, contudo só podem dar respostas.
- d) Computadores são inúteis, à medida que só podem dar respostas.
- e) Computadores são inúteis, por conseguinte só podem dar respostas.

10. Não espere por uma crise para descobrir o que é importante em sua vida.

Assinale a opção em que o termo destacado abaixo apresente o mesmo valor que o sublinhado acima:

- a) Demorou vinte anos para ele perceber que estava errando.
- b) O que você pretende fazer agora?
- c) Temos que entender melhor as crianças.
- d) Esperei a mudança que você havia anunciado.
- e) Ele falou tanto que ficou cansado.

11. Assinale a opção que apresenta uma pergunta indireta:

- a) Reparei que você estava cansado.
- b) O jornal revelou onde ela mora.
- c) Sempre quis saber por que você não veio ontem.
- d) Ele repetiu que não faria o trabalho.
- e) Todos querem que você tenha sucesso profissional.



12. O sentimento que traduz melhor a fala do personagem da tirinha acima é:

- a) indignação com hipocrisia
- b) irritação com injustiça
- c) desilusão com a sociedade
- d) indiferença com a justiça
- e) descrença no país

13. Chegamos à fazenda à uma da tarde e logo saímos a cavalo, dirigindo-nos a Americana (cidade do Estado de São Paulo), onde ficamos, a tarde.

Sobre o excerto acima:

- a) Há três erros quanto ao emprego (ou não emprego) do acento de crase.
- b) O acento de crase está incorreto antes do artigo indefinido 'uma'.
- c) O acento de crase deveria ter sido empregado no 'a' antes do termo 'cavalo', pelo fato de estar implícita a palavra 'moda'.
- d) Deveria ter sido empregado acento de crase no 'a', antes de tarde', pelo fato de esta expressão ser uma locução adverbial feminina.

e) Deveria ter sido empregado acento de crase no 'a', antes de Americana, visto que tal palavra é feminina.

14. E enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas¹, soluços e sarabandas², acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida.

(Quincas Borba, 1992.)

1 polca: tipo de dança.

2 sarabanda: tipo de dança.

Sobre o trecho acima, o termo 'enquanto' apresenta valor de:

- a) conformidade
- b) tempo
- c) adversidade
- d) consequência
- e) conclusão

15. E enquanto uma chora, outra ri; é a lei do mundo, meu rico senhor; é a perfeição universal. Tudo chorando seria monótono, tudo rindo cansativo; mas uma boa distribuição de lágrimas e polcas¹, soluços e sarabandas², acaba por trazer à alma do mundo a variedade necessária, e faz-se o equilíbrio da vida.

(Quincas Borba, 1992.)

1 polca: tipo de dança.

2 sarabanda: tipo de dança.

De acordo com o narrador,

- a) os erros do passado não mudam a realidade do presente.
- b) a existência é marcada por oposições.
- c) a sabedoria está em obter a felicidade.
- d) cada instante vivido deve ser exaltado.
- e) os momentos felizes são mais raros que os tristes.

16.

esta vida é uma viagem

pena eu estar

só de passagem

(Paulo Leminski, La vie em close. 5a ed. S.Paulo: Brasiliense, 2000, p.134)

Sobre o trecho acima, o pronome está apresenta valor:

- a) catafórico
- b) anafórico
- c) polissêmico
- d) dêitico
- e) endofórico

17. esta vida é uma viagem

pena eu estar

só de passagem

Observe o uso da palavra 'só' e assinale a opção que apresenta emprego diferente do que ocorre no texto acima:

- a) As propostas serão reveladas só amanhã.
- b) Não gosto de me sentir só depois de um dia cansativo.
- c) As propostas serão reveladas só amanhã.
- d) Queria só desejar-lhe sucesso no processo avaliativo. (apenas)
- e) Ele só fala bobagens.

18. Um oficial da sua guarda pessoal traz água, outros gladiadores se aproximam.

Sobre o pronome 'se', expresso na frase acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) Ele se encontra na posição proclítica em relação ao verbo.
- b) Se ele fosse deslocado para depois do verbo, seria provocada uma incorreção gramatical.
- c) Ocorre na oração um caso de próclise facultativa.
- d) O verbo trazer é transitivo direto.

e) O termo 'outros' pertence à classe dos pronomes.

19. A frase "Desculpe-me!" pode ser dita ou escrita de diversas formas diferentes, com diferentes intenções discursivas. Assinale a opção em que está correta a análise sobre o pedido de desculpas e a intenção do autor do texto (entre parênteses), quanto ao aspecto discursivo.

- a) Deixe-me tentar consertar isso e fazer o que puder para tornar as coisas melhores (Explicar o motivo).
- b) Por favor, aceite minhas sinceras desculpas por qualquer dor ou incômodo que eu possa ter causado (Fazer uma promessa de mudança)
- c) Eu entendo como você deve estar se sentindo e lamento ter causado essa dor (mostrar empatia)
- d) Como posso compensar o que fiz de errado? (Expressar arrependimento)
- e) Por favor, me perdoe pelo que fiz, eu prometo que não acontecerá novamente. (Tomar a iniciativa de reparar)

20. Deus, para a felicidade do homem, inventou a fé e o amor. O Diabo, invejoso, fez o homem confundir fé com religião e amor com casamento.

- a) Poderia ser inserido o conectivo 'já que' entre as duas orações, com adaptações dos sinais de pontuação.
- b) A ação diabo, no segundo período, foi capaz de promover uma outra ação, envolvendo outro ser.
- c) A conjunção 'e', nas duas ocorrências, conecta elementos opostos.
- d) A supressão das vírgulas não provocaria alteração de sentido.
- e) Infere-se que o Diabo criou o homem, devido ao emprego do verbo 'fazer'.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA*Géssica Ehle*

21. Nos termos da Lei Orgânica do Município de Niterói, acerca das condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, assinale a alternativa incorreta:

- a) pleno exercício dos direitos políticos
- b) domicílio eleitoral na circunscrição
- c) nacionalidade brasileira
- d) filiação partidária
- e) idade mínima de vinte e um anos

22. De acordo com a Lei Municipal nº 531/1985 (Estatuto dos Servidores de Niterói) julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. A posse é o ato que completa a investidura em cargo público e em função gratificada, a exemplo do que ocorre nos casos de promoção e reintegração.

II. A comprovação de boa saúde é requisito para a posse, devendo ser comprovada mediante apresentação de atestado médico particular.

III. A posse terá lugar no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado pela até o máximo de 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado.

Dentre os itens, está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Nenhuma das assertivas
- e) Todas as assertivas

23. A Lei Municipal nº 3.385/2019 institui o Plano Diretor de Niterói. É correto afirmar que a Lei traz, expressamente como um de seus princípios:

- a) a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização
- b) a conferência de prioridade no sistema de circulação para o transporte coletivo e modos não motorizados
- c) a promoção do conforto ambiental na cidade
- d) a promoção ao acesso universal à saúde
- e) a equidade e a inclusão social e territorial

24. A partir do que trata a Lei Municipal nº 2.624/2008 (Código de Posturas de Niterói), é correto afirmar que

- a) O proprietário, inquilino ou ocupante deverá manter a limpeza dos passeios públicos e das sarjetas fronteiriças ao imóvel podendo, para tanto, promover a varredura do passeio público e da sarjeta sempre que julgar conveniente
- b) Em situação de calamidade pública, a lei autoriza que o proprietário, inquilino ou ocupante varra seus detritos sólidos para as "bocas-de-lobo" dos logradouros públicos.
- c) Admite-se, desde o aprimorar dos sistemas de tratamento, que se efetue a ligação de esgotos na rede de águas pluviais.
- d) Poderá ser permitida a lavagem do passeio fronteiro aos prédios e a lavagem de pavimento térreo de edifícios, desde que não haja prejuízo para a limpeza da Cidade.
- e) O código relativiza suas vedações ao admitir que o proprietário, inquilino ou ocupante, venha a sacudir tapetes, ou quaisquer outras peças, nas janelas e portas que dão para via pública ou praças.

25. De acordo com o que prevê a Lei nº 3.605/2021 (Lei de Transação), sobre os princípios da transparência e da publicidade, sua efetivação deve se dar:

I. quanto à transação por adesão e quanto à transação individual, pela disponibilização dos termos de transação mediante simples requerimento.

II. ressalvado o devido sigilo legal, com todas as transações celebradas amplamente divulgadas no Portal da Transparência.

III. quanto à transação individual, preferencialmente pela divulgação em meio eletrônico de todos os termos de transação celebrados, com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.

Dentre os itens, está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Nenhuma das assertivas
- e) Todas as assertivas

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA **(CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO)**

Bruno Langoni

26. Acerca do ISS, nos termos previstos na Lei 2.597/08, analise as assertivas a seguir:

I. O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista de serviços anexa ao CTM de Niterói, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

II. Os serviços incluídos na lista de serviços ficam sujeitos, apenas, ao ISS, ainda que sejam prestados com fornecimento de mercadorias, ressalvadas as exceções contidas na própria lista.

III. O ISS incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Assinale a alternativa que apresente apenas as assertivas corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

27. À luz do que estabelece o CTM de Niterói, analise as assertivas abaixo, considera-se ocorrido o fato gerador do imposto e existentes os seus efeitos:

I - desde o momento em que se verificarem as circunstâncias materiais necessárias para que a prestação dos serviços previstos na lista de serviços produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.

II - no dia do início da prestação dos serviços e em cada dia primeiro dos meses subsequentes em que a prestação se der, no caso da prestação de serviços em caráter continuado.

III - no dia do início da atividade e em cada dia primeiro dos meses em que a atividade continuar, no caso da prestação de serviços por pessoa física, sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte e com o auxílio de, no mínimo, dois empregados sem a mesma habilitação do empregador.

IV - na data da prestação dos serviços, no caso da prestação de serviços por sociedade profissional.

Assinale a alternativa que apresente, exclusivamente, assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

28. Nos termos do que estabelece a Lei Municipal 2.597/08, considera-se prestação de serviços em caráter continuado aquela em que o decurso de tempo superior a _____ é condição necessária para o seu cumprimento.

- a) 1 mês.
- b) 2 meses.
- c) 4 meses.
- d) 6 meses.
- e) 10 meses.

29. De acordo com o CTM de Niterói, o ISS não incide sobre:

I - as exportações de serviços para o exterior do País, ainda que o resultado se verifique no Brasil.

II - a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos Diretores e membros de Conselho Consultivo ou de Conselho Fiscal de sociedades e fundações, bem como dos Sócios-Gerentes e dos Gerentes-Delegados.

III - o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a Operações de Crédito realizadas por instituições financeiras.

Assinale a alternativa que apresente apenas as assertivas corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

30. Acerca do IPTU, nos termos previstos pela Lei 2.597/08, analise as assertivas abaixo:

I - O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel, como definido na Lei Civil, localizado na zona urbana ou rural do Município.

II - O IPTU constitui ônus real e acompanha o imóvel nos casos de transferência de propriedade ou de direitos reais a ele relativos.

III - Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU em 1º de janeiro de cada ano.

Assinale a alternativa que apresente apenas as assertivas corretas:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

31. A Constituição é ato proveniente de um poder soberano (unidade política) que dita à ordem social, a política e a jurídica. O direito só se manifesta se provir de uma deliberação de caráter político. A Constituição em sentido positivo contém somente a determinação consciente da concreta forma de conjunto pela qual se pronuncia ou decide a unidade política.

O trecho acima transcrito expressa o conceito de Constituição de:

- a) Ferdinand Lassalle.
- b) Peter Häberle.
- c) Konrad Hesse.
- d) Carl Schmitt.
- e) Hans Kelsen.

32. Monique, escritora, resolveu produzir biografia de Evelyn, atriz famosa. Para tanto, não solicitou autorização prévia da referida atriz. Analisando as informações acima e com base no entendimento do STF, está correto o que se afirma em:

- a) A publicação de biografias não autorizadas só é possível, caso a biografada ou seus familiares (em caso de pessoa falecida) não manifestar concordância/discordância no prazo de 15 (quinze) dias úteis.
- b) É possível a publicação de biografias não autorizadas, em respeito à liberdade de expressão, não sendo permitida, contudo, indenização por danos morais ou materiais por eventuais abusos.
- c) A liberdade de expressão intelectual, artística, científica e de comunicação é um direito fundamental absoluto, sendo certo que a censura é proibida em qualquer hipótese, sendo permitida a publicação de biografias, mesmo que não autorizadas.
- d) O direito à privacidade deve invariavelmente prevalecer, não sendo permitida, em nosso ordenamento jurídico, a publicação de biografias não autorizadas.
- e) É possível a publicação de biografias sem autorização prévia, sendo certo que eventuais abusos por parte dos biógrafos são passíveis de indenização.

33. Juan, nascido no México, é filho de Carmen, também mexicana, e de Francisco, brasileiro, que estava no país porque fora contratado por empresa privada local, como engenheiro mecânico.

Juan, com 18 anos, resolve seguir os passos do pai, e vem para o Brasil cursar engenharia mecânica em conceituada universidade federal. Para tanto, e para concorrer às vagas comuns, deseja ter reconhecida a nacionalidade brasileira.

De acordo com essa narrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Juan não poderá optar pela nacionalidade brasileira, pois Francisco ainda que brasileiro, não estava no México a serviço do Brasil.

- b) Juan poderá ter reconhecida a condição de brasileiro nato se fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira, ainda que não tenha sido registrado em repartição brasileira competente no México.
- c) Tendo em vista que Juan já atingiu a maioridade, poderá requerer a nacionalidade brasileira apenas na condição de naturalizado.
- d) A comunicação em língua portuguesa mostra-se como condição para a obtenção da nacionalidade brasileira por Juan.
- e) Juan poderá ter reconhecida a condição de brasileiro nato se fixar residência no Brasil e optar pela nacionalidade brasileira, desde que tenha sido registrado em repartição brasileira competente no México.

34. O Deputado Estadual Tunico constatou que determinada faixa de terras situada na área territorial do Município Gama e, por via reflexa, no território do Estado Beta, no qual Gama estava inserido, jamais integrou o patrimônio de um particular e, além disso, jamais teve qualquer destinação atribuída pelo Poder Público.

Com o intuito de saber se essas terras efetivamente pertenciam ao Estado Beta, de modo que pudessem ser objeto de alguma política pública, Tunico consultou sua assessoria, que respondeu corretamente no sentido de que terras dessa natureza,

- a) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem à União.
- b) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem ao Estado.
- c) independentemente de qualquer especificidade, sempre pertencem ao Município.
- d) pertencem ao Estado, excluídas apenas aquelas que, por imperativo constitucional e legal, pertencem à União.
- e) pertencem ao Município, excluídas apenas aquelas que, por imperativo constitucional e legal, pertencem à União ou ao Estado.

35. Caio, estudante de Direito, questionou a sua professora de Direito Constitucional a respeito das prerrogativas asseguradas aos magistrados. A professor respondeu corretamente que:

- a) A inamovibilidade pode ser excepcionada no caso de relevante interesse público e desde que a remoção seja aprovada pela maioria absoluta do tribunal ou do CNJ.
- b) A irredutibilidade de subsídios consiste na impossibilidade de redução do poder aquisitivo do subsídio do magistrado e não somente do seu valor nominal.
- c) O magistrado, apesar da vitaliciedade, pode perder o cargo por decisão administrativa da maioria absoluta do tribunal ou do CNJ.
- d) A aposentadoria dos magistrados seguirá regime jurídico diverso daquele aplicável aos servidores públicos em geral.
- e) Aos juízes é permitido dedicar-se à atividade político-partidária e exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério.

36. Um grupo de vereadores, que formava o bloco da minoria na Câmara Municipal de Alfa, ficou irresignado com o processo legislativo que resultou na sanção, pelo prefeito municipal, da Lei nº 123/2023. No entender dos vereadores, esse diploma normativo afrontava normas de natureza fundamental da Constituição da República de 1988, que são de reprodução obrigatória na Constituição do Estado, apesar dessas normas não terem sido reproduzidas na Constituição do Estado Beta, em cujo território o Município Alfa estava localizado. Embora desejassem que a Lei nº XX fosse submetida ao controle de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, tinham dúvidas sobre essa possibilidade, bem como em relação aos respectivos legitimados.

Considerando as dúvidas existentes, procuraram um advogado, que lhes informou, corretamente, que a Lei nº 123/2023:

- a) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de

Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;

- b) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser observadas, por simetria, as regras da Constituição da República de 1988;
- c) não pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- d) pode ser submetida ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Tribunal de Justiça de Beta, sendo que, em relação aos legitimados à deflagração dessa espécie de controle, devem ser definidos na Constituição Estadual;
- e) somente terá sua inconstitucionalidade examinada pelo Tribunal de Justiça de Beta por meio do incidente de arguição de inconstitucionalidade, o que ocorrerá em sede de controle difuso de constitucionalidade.

37. Os membros da defensoria pública não se vinculam aos processos em que atuam, podendo ser substituídos uns pelos outros, de acordo com as regras legais, sem nenhum prejuízo para o processo.

Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino. Direito constitucional descomplicado. 16.ª ed. São Paulo: Forense, 2017.

O texto se refere ao princípio institucional da defensoria pública da:

- a) autonomia administrativa.
- b) inamovibilidade.
- c) unidade.
- d) independência funcional.
- e) indivisibilidade.

38. No que tange a Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

39. Determinado servidor da Procuradoria Geral do Município Alfa, no exercício de suas funções, ao manusear uma pilha de autos processuais destinados ao arquivo, acidentalmente deixou-a cair, atingindo um particular que se encontrava próximo ao agente, causando-lhe danos estéticos e patrimoniais. Após a realização de sindicância, concluiu-se que não houve dolo ou culpa do agente público.

Sobre tal situação é correto afirmar que:

- a) o Município não poderá ser chamado a indenizar a vítima do disparo.
- b) o Município e o agente serão chamados a indenizar a vítima do disparo.
- c) a Procuradoria Geral do Município Alfa responderá objetivamente perante a vítima.

- d) o agente público poderá ser chamado a responder perante o Município, mediante ação de regresso.
- e) para a responsabilização estatal, basta que se comprove o dano sofrido pela vítima e que o acidente decorreu da atuação de um agente público, atuando nesta condição.

40. Segundo prevê a Lei 14.133/2021, o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, responsável por gerir o Portal Nacional de Contratações Públicas, é composto por:

- a) 3 representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado da Saúde.
- b) 7 representantes da União indicados pelo Presidente da República.
- c) 3 representantes da União indicados pelo Ministro da Fazenda.
- d) 3 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- e) 2 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.

41. As empresas Alfa e Beta, ao participarem de determinado certame licitatório regido pela Lei 14.133/2021, apresentaram propostas que se encontram empatadas.

Após a aplicação da disputa final, será utilizada(o) como critério de desempate a(o):

- a) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- b) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- c) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.
- d) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- e) o fato de os bens e serviços terem sido produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

42. João, fiscal de tributos no município Alfa, na regular execução de uma fiscalização tributária, apreendeu mercadorias de determinado contribuinte, que se encontravam em situação irregular. A ação do fiscal foi questionada judicialmente, ensejando a atuação da Procuradoria do Município.

Ao examinar o caso, a Procuradoria Municipal concluiu corretamente que a apreensão decorreu do:

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia, revestindo-se do atributo da autoexecutoriedade.
- d) *jus puniendi* do Estado.
- e) poder de polícia, embora tal ato não seja autoexecutório.

43. Maria é servidora efetiva de determinado município brasileiro e faz jus ao regime próprio de previdência social (RPPS). Assinale abaixo uma característica do regime previdenciário que lhe é aplicável:

- a) regime que alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- b) regime que alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- c) a idade mínima para sua aposentadoria voluntária deverá ser estabelecida mediante emenda à lei orgânica municipal, não lhe sendo aplicável obrigatoriamente o limite de 62 anos.
- d) sujeição a registro pelo tribunal de justiça dos atos de concessão de aposentadoria.
- e) impossibilidade de o regime alcançar agentes públicos exercentes de função de confiança.

44. A Administração Pública adota variadas formas de controle, a fim de assegurar a legalidade e o interesse público em sua atuação. Assinale a alternativa que apresenta a classificação adequada ao controle sobre a Administração Pública.

- a) controle administrativo é aquele desempenhado pelo Poder Legislativo Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver..
- b) controle judicial é realizado pelo tribunal de contas no exercício da função jurisdicional, que lhe é atribuída em caráter atípico.
- c) o parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- d) controle concomitante é aquele que busca impedir a prática de atos ilegais, mediante avaliação do ato antes do início de sua prática.
- e) as contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.

45. João, Secretário Municipal, no âmbito de um recurso administrativo, está reexaminando ato discricionário praticado por Maria, agente pública que lhe é subordinada.

Nesta situação, é correto afirmar que o ato praticado por Maria:

- a) não poderia ser alvo do controle de legalidade de João, por tratar-se de ato discricionário.
- b) poderia ser convalidado por João, qualquer que seja o vício identificado.
- c) poderia ser anulado por João, por razões de conveniência ou oportunidade.
- d) poderia ser cassado por João, no caso de norma superveniente que torne inadmissível a situação jurídica anterior, sob o qual havia sido editado.
- e) não poderia ser revogado por Maria, em virtude de encontrar-se sob reapreciação de autoridade superior.

46. Justina, candidata ao concurso público para técnico de Procuradoria, descobriu que responde a uma ação penal perante o tribunal de justiça do seu Estado. No edital do concurso que almeja consta restrição à participação de candidatos que respondam a inquérito ou a ação penal.

Neste caso, considerando-se que inexistente previsão legal ou constitucional a este respeito, é correto afirmar, segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), que:

- a) é legítima a cláusula do edital do concurso, considerando-se não se admitir exceções ao princípio da moralidade administrativa.
- b) é legítima a cláusula do edital, em razão do princípio constitucional da eficiência.
- c) não é legítima a cláusula do edital, com fundamento no princípio da presunção de inocência.
- d) tal cláusula seria suficiente para inabilitá-la do concurso público, desde que oportunizado o contraditório e a ampla defesa.
- e) por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, o edital é instrumento hábil para impedir o candidato de participar do certame e de tomar posse no cargo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

47. Em regra, o juiz conhece a lei, mas nos casos de direito estrangeiro, direito consuetudinário, direito estadual e direito municipal, essas leis devem ser provadas pelo interessado. A interpretação dessas normas pode ser feitas de variadas formas, dentre elas.

- a) A interpretação analógica busca restringir o alcance da norma, de modo a não extrapolar os limites geralmente considerados da norma.
- b) A interpretação sistemática busca analisar a norma no contexto no qual ela fora criada, com suas idiosincrasias.
- c) A interpretação teleológica é aquela na qual o intérprete é o próprio órgão que emanou a norma
- d) A interpretação sociológica pretende analisar a norma no contexto contemporâneo, com os atuais valores sociais
- e) A interpretação histórica se preocupa com os “fins” da norma, ou seja, o que se deve objetivar quando a implementação da lei.

48. Consideram-se imóveis para os efeitos legais:

- a) as energias que tenham valor econômico.
- b) o direito à sucessão aberta.
- c) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- d) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- e) os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados.

49. Marcelo, atualmente com 12 anos de idade, nunca recebeu nenhum tipo de prestação alimentar de seu genitor. Paula teve seu carro abalroado por Ricardo, causando diversos prejuízos no veículo. André, prestou serviços advocatícios a José, cujos honorários não foram quitados na data da conclusão do mandato. Sobre as situações, é correto afirmar que

- a) A pretensão de Marcelo para requerer os alimentos prescreve em dois anos, ficando interrompida a prescrição enquanto Marcelo estiver sob o poder familiar.
- b) A pretensão de André para a cobrança de seus honorários prescreve em cinco anos.
- c) Paula poderá requerer a reparação civil de seu veículo pelos prejuízos causados por André, no prazo decadencial de três anos.
- d) Marcelo terá o prazo decadencial de dois anos para requerer os alimentos de seu genitor, começando a contar quando deixar de ser absolutamente incapaz, dado que a prescrição não corre enquanto isso.
- e) André terá o prazo prescricional de três anos para requerer os honorários do serviço prestado, contados a partir da cessação do mandato.

50. A respeito do mandato, assinale a alternativa incorreta:

- a) O mandato presume-se gratuito quando não houver sido estipulada retribuição, exceto se o seu objeto corresponder ao daqueles que o mandatário trata por ofício ou profissão lucrativa.
- b) Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- c) Sempre que o mandatário estipular negócios expressamente em nome do mandante, será este o único responsável; ficará, porém, o mandatário pessoalmente obrigado, se agir no seu próprio nome, salvo se o negócio seja de conta do mandante.

d) Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante.

e) O mandatário que exceder os poderes do mandato, ou proceder contra eles, será considerado mero gestor de negócios, enquanto o mandante lhe não ratificar os atos.

51. Assinale a alternativa que não apresenta entendimento jurisprudencial acerca da responsabilidade civil:

- a) A ausência de registro da transferência não implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.
- b) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do efetivo prejuízo.
- c) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data da citação.
- d) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.
- e) É indenizável o acidente que cause a morte de filho menor, ainda que não exerça trabalho remunerado.

52. Não podem ser objeto de hipoteca:

- a) aeronaves.
- b) navios.
- c) locomotivas de estradas de ferro.
- d) potencial hidráulico.
- e) recursos minerais, independentemente do solo onde se acham.

53. Mariano, possuidor de boa-fé:

- a) responderá por todos os frutos percebidos e colhidos, bem como pelos que, por culpa sua, deixou de perceber, desde o momento em que se constituiu de má-fé; tem direito às despesas da produção e custeio.
- b) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, a que não der causa.
- c) O possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa, mesmo que der causa.
- d) O possuidor de boa-fé responde pela perda, ou deterioração da coisa, ainda que acidentais, salvo se provar que de igual modo se teriam dado, estando ela na posse do reivindicante.

54. Os acréscimos formados, sucessiva e imperceptivelmente, por depósitos e aterros naturais ao longo das margens das correntes, ou pelo desvio das águas destas, pertencem aos donos dos terrenos marginais. Esse conceito refere-se a:

- a) Avulsão, inexistindo direito de indenização.
- b) Aluvião, inexistindo direito de indenização.
- c) Avulsão, com indenização ao dono do primeiro se em um ano.
- d) Álveo abandonado, inexistindo direito de indenização.

55. Com relação às locações dos imóveis urbanos, é correto afirmar:

- a) Considera - se locação residencial quando o locatário for pessoa jurídica e o imóvel, destinar - se ao uso de seus titulares, diretores, sócios, gerentes, executivos ou empregados.
- b) O contrato de locação por prazo indeterminado pode ser denunciado por escrito, pelo locador, concedidos ao locatário noventa dias para a desocupação.
- c) Nas locações residenciais ajustadas por escrito e por prazo igual ou superior a trinta meses, a

resolução do contrato ocorrerá findo o prazo estipulado, somente após notificação ou aviso.

- d) Considera - se locação para temporada aquela destinada à residência temporária do locatário, para prática de lazer, realização de cursos, tratamento de saúde, feitura de obras em seu imóvel, e outros fatos que decorrem tão-somente de determinado tempo, e contratada por prazo não superior a noventa dias, esteja ou não mobiliado o imóvel.

56. Com relação ao parcelamento do solo urbano, é correto afirmar:

- a) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- b) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.
- c) Considera-se loteamento o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.
- d) O loteamento poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.
- e) Constitui lote a modalidade de loteamento, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL*Ricardo Torques*

57. Sobre os princípios inerentes à jurisdição previstos no processo civil, assinale a alternativa correta:

- a) em obediência ao princípio da inafastabilidade da jurisdição, em nenhuma hipótese a parte precisará exaurir a via administrativa de solução de conflitos, podendo sempre, desde logo, buscar a solução pela via do Poder Judiciário.
- b) o princípio segundo o qual ninguém será processado senão pela autoridade competente diz respeito à indelegabilidade da jurisdição.
- c) a integração obrigatória à relação jurídico-processual concerne ao princípio da inevitabilidade da jurisdição, gerando o estado de sujeição das partes às decisões jurisdicionais.
- d) nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária, a intervenção do Judiciário não é obrigatória para que se obtenha o bem da vida pretendido, mostrando-se sempre facultativa essa interferência.
- e) em obediência ao princípio do juiz natural, é defesa a criação de varas especializadas, câmaras especializadas nos tribunais ou foros distritais.

58. A respeito da tutela cautelar prevista no Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta:

- a) Caso o réu não conteste o pedido cautelar no prazo de cinco dias, ficará ele revel, porém não incidirá o efeito material da revelia.
- b) Cessa a eficácia da tutela cautelar concedida em caráter antecedente, se o pedido principal não for formulado no prazo de quinze dias.
- c) Formulado pedido de tutela cautelar antecedente, não pode este ser recebido como pedido de tutela antecipada, considerando tratar-se de tutela de urgência distinta.
- d) Se a medida cautelar for indeferida com fundamento na prescrição ou decadência do

direito, isso obsta o acolhimento de futuro pedido principal relativo a este.

- e) Caso concedida a medida cautelar, deverá ser proposta a ação principal, por meio de petição inicial em autos próprios, a ser distribuída ao mesmo juízo do pedido cautelar.

59. Sobre a produção de provas, é correto afirmar que:

- a) o julgador não poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, ainda que observe o contraditório;
- b) é vedada em qualquer hipótese a distribuição diversa do ônus da prova por negócio jurídico processual firmado antes do litígio;
- c) a confissão extrajudicial feita oralmente representa meio de prova hábil contra o confitente, inclusive nos casos em que a lei exija prova literal;
- d) não dependem de prova os fatos notórios, afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária e aqueles envolvendo regras de experiência comum e de experiência técnica;
- e) os atos concertados entre os juízes cooperantes podem consistir no estabelecimento de procedimento para a obtenção e a apresentação de provas, inclusive a coleta de depoimentos.

60. A respeito dos procedimentos processuais da Ação Civil Pública e do entendimento dos tribunais superiores sobre a matéria, é certo afirmar que:

- a) nesse tipo de ação, não se admitem quaisquer tipos de litisconsórcio.
- b) eventual recurso interposto contra sentença não admite a possibilidade de concessão de efeito suspensivo.
- c) decorridos sessenta dias do trânsito em julgado da sentença condenatória, sem que a associação autora lhe promova a execução, o processo será extinto imediatamente.
- d) poderá o juiz conceder mandado liminar, com ou sem justificação prévia, em decisão sujeita a agravo.
- e) a ação civil pública só poderá ter por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

61. A cerca do que estabelece o Código de Processo Civil em relação a penhora, assinale a alternativa correta:

- a) é expressamente vedada a nomeação do executado ou seu representante legal como depositário provisório dos bens constantes da lista elaborada pelo oficial de justiça.
- b) são igualmente impenhoráveis, mesmo que à falta de outros bens, os frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.
- c) para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de dez por cento.
- d) quando não encontrar bens penhoráveis, somente por expressa determinação judicial, é que o oficial de justiça descreverá na certidão os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do executado, quando este for pessoa jurídica.
- e) a penhora de dinheiro e as averbações de penhoras de bens imóveis e móveis podem ser

realizadas por meio eletrônico, desde que obedecidas as normas de segurança instituídas sob critérios uniformes pelo Conselho Nacional de Justiça.

62. Sobre os meios de impugnação das decisões judiciais, julgue a alternativa correta sobre os embargos de declaração.

- a) Os embargos de declaração serão opostos, em petição dirigida ao julgador com indicação do erro, obscuridade, contradição ou omissão, e estará sujeito a preparo, salvo se a parte demonstrar que tem direito à gratuidade.
- b) Sob pena de não conhecimento, incumbe à parte ratificar os termos do recurso interposto antes da publicação do julgamento dos embargos de declaração, quando estes forem rejeitados ou não alterarem a conclusão do julgamento recorrido.
- c) Nos Tribunais, os embargos de declaração serão apresentados pelo relator em mesa na sessão subsequente a sua interposição, proferindo o voto, e, não havendo julgamento nessa sessão, o recurso será incluído em pauta automaticamente.
- d) O tribunal, em decisão fundamentada, condenará o embargante a pagar ao embargado multa não excedente a dois por cento sobre o valor atualizado da causa, na reiteração de embargos de declaração.
- e) Os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de outros recursos, sendo vedado ao relator atribuir efeito suspensivo ao recurso aclaratório.

- 63.** A respeito da Lei de Improbidade Administrativa e considerando o entendimento do STF sobre a matéria, assinale a opção correta.
- a) Pelo fato de a lei ter passado a exigir dolo na conduta, fica excluída a natureza civil dos atos de improbidade.
 - b) O regime prescricional da nova lei é irretroativo, mesmo que a norma seja mais benéfica ao acusado.
 - c) A nova lei implicou a anistia dos que já estavam cumprindo a penalidade aplicada na vigência da lei na sua redação anterior.
 - d) Foi afastada a responsabilidade objetiva de que tratava a lei alterada.
 - e) As alterações da lei se aplicam aos atos culposos nos quais já tenha havido condenação transitada em julgado.
- 64.** Acerca do programa de apadrinhamento, nos termos do que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:
- a) Podem ser padrinhos ou madrinhas somente pessoas físicas, maiores de 18 (dezoito) anos, e não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
 - b) O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido pela equipe técnica da entidade de acolhimento institucional, com prioridade para crianças com remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.
 - c) Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão, mediante a instauração de procedimento administrativo, adotar as providências necessárias para a dissolução do vínculo.
 - d) Os programas ou serviços de apadrinhamento apoiados pela Justiça da Infância e da Juventude poderão ser executados por órgãos públicos ou por organizações da sociedade civil.
 - e) Toda criança e adolescente em situação de risco pessoal ou social pode participar de programa de apadrinhamento.
- 65.** Em relação as provas no Juizado Especial Cível (Lei 9.099/95), assinale a alternativa correta:
- a) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
 - b) As testemunhas, até o máximo de duas para cada parte, comparecerão à audiência, independentemente de intimação.
 - c) Todos os meios de prova valem. Desde que especificados em lei, são hábeis para provar.
 - d) A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
 - e) A audiência de instrução e julgamento, por colher provas, somente é presidida por juiz togado, restando ao juiz leigo a audiência de conciliação.
- 66.** A respeito do regramento do Juizado Especial da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009), assinale a alternativa correta:
- a) Os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, podem ser réus no Juizado Especial da Fazenda Pública.
 - b) As ações por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
 - c) Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de 60 salários-mínimos.

- d) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- e) Tratando-se de questões de direito material, não caberá pedido de uniformização de interpretação de lei, ainda que ocorra divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Maurício

67. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos Estaduais e Municipais, ainda que estes Territórios sejam divididos em Municípios.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
b) I e II.
c) II e III.
d) I, II e III.
e) I.

68. A Igreja Batista de Niterói/RJ alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a igreja financia suas atividades missionárias.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança de tributos do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas às igrejas de qualquer culto.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a Igreja é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a Igreja, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a Igreja não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU não é devido, tendo em vista que a igreja está utilizando os valores recebidos de aluguel nas finalidades para as quais foi criada.

69. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, conforme prevê a Constituição Federal e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

- I-) A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador pode ser feita por meio de decreto.
- II-) A cobrança do diferencial de alíquota alusivo ao ICMS, conforme introduzido pela Emenda Constitucional nº 87/2015, pressupõe edição de lei complementar veiculando normas gerais.
- III-) O fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, é prestação de serviço, sujeitando-se apenas a incidência do ISS.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II e III.
b) I e III.
c) I e II.
d) I, II e III.
e) II.

70. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa correta:

- a) 25% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 100% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 10% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados
- d) Pertencerá aos Municípios 20% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 25% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

71. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

72. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

73. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN e o entendimento atual dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) A legislação tributária aplica-se às pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive às que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

II-) Estão sujeitos a fiscalização tributária ou previdenciária quaisquer livros comerciais, limitado o exame aos pontos objeto da investigação.

III-) Atendidos os requisitos previstos em lei, é legítima a submissão de empresas a Regime Especial de Fiscalização, salvo comprovação de que as medidas inviabilizem indevidamente o livre exercício da atividade econômica.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravynelle

74. Com relação aos aspectos gerais do orçamento público e a sua implementação no Brasil, julgue os itens subsecutivos.

() O princípio da periodicidade afirma que o orçamento deve ser elaborado e autorizado para um determinado período de tempo, geralmente um ano, sem comportar exceções, uma vez que a própria LOA se resume a um exercício financeiro.

() O princípio da precedência implica a necessidade de se aprovar o orçamento antes do exercício financeiro a que se refere.

() O princípio da programação admite a possibilidade de ajuste na execução do orçamento público às contingências operacionais e à disponibilidade efetiva de recursos.

() O princípio da exatidão afirma que as estimativas devem ser tão exatas quanto possível, prescindindo de prerrogativa que dote o orçamento como instrumento de gerência, programação e controle.

Estão corretas

- a) V-F-F-V
- b) F-V-F-F
- c) V-V-V-V
- d) V-F-V-V
- e) F-F-V-V

75. Acerca de orçamento público e planejamento, assinale a alternativa incorreta.

a) O Poder Executivo pode remanejar ou transferir verbas de um órgão para sem prévia autorização legislativa.

b) O Orçamento de custeio das Empresas Estatais independentes não faz parte do Orçamento Fiscal nem do Orçamento da Seguridade Social.

c) O orçamento da seguridade social compreende as despesas relativas à saúde, previdência e assistência social de todos os órgãos, entidades e fundos a ela vinculados, e não apenas as despesas daqueles que fazem parte da seguridade social.

d) O Poder Executivo está autorizado a promover, mediante autorização legislativa, alterações no PPA 2020-2023 com o intuito de compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, podendo, para tanto, revisar ou atualizar metas do PPA.

e) Os fundos de incentivos fiscais não fazem parte dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da União.

76. Em relação aos institutos de restos a pagar e os ditames da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, julgue os itens a seguir.

() Com o fim do instituto da prescrição, os restos a pagar processados ficam abertos até o efetivo pagamento.

() Suponha que uma licitação foi concluída em 28/10/2018, e o contrato dispunha que a entrega do material ou prestação de serviço poderia ocorrer até 18/04/2019. Nesta situação, mesmo tendo vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida, não poderá tal despesa ser inscrita em restos a pagar, uma vez que a atual legislação não mais permite a inscrição nesta hipótese.

() Compete à lei de diretrizes orçamentárias – LDO - dispor sobre programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso estabelecido pelo poder executivo até trinta dias após a publicação dos orçamentos.

() Operações de garantias e aval dados pelo Poder Público devem estar contidos no Anexo de Riscos Fiscais, que compõe a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Julgue os itens acima em Verdadeiro ou Falso.

- a) V-F-F-V
- b) F-V-F-F
- c) V-V-V-V
- d) V-F-V-V
- e) F-F-V-V

77. Para a LRF, a renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. Em relação ao que dispõe o ordenamento jurídico, assinale a alternativa incorreta.

a) Crédito presumido é a dispensa legal, pelo Estado, do crédito tributário devido.

b) Anistia pode ser entendida como o benefício que visa excluir o crédito tributário na parte relativa à multa aplicada pelo sujeito ativo ao sujeito passivo, por infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concedeu

c) Remissão compreende o perdão da dívida em casos de pequeno valor, impossibilidade de pagamento, ou custo de cobrança maior que a dívida

d) Crédito presumido é aquele que representa uma dedução do tributo devido, outorgado pela autoridade tributária, na forma de crédito do tributo, e que foge da estrutura normal do sistema

e) Isenção é a dispensa legal, pelo Estado, do crédito tributário devido

78. Com relação às transferências voluntárias, são requisitos que o ente receptor deve comprovar, exceto:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação, saúde e segurança

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em restos a pagar e de despesa total com pessoal

d) previsão orçamentária de contrapartida

e) não se destinar, inclusive por antecipação de receita, pelos governos federal e estaduais e suas instituições financeiras, ao pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos estados, do distrito federal e dos municípios.

79. Não é vedado, conforme determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal e/ou Constituição Federal o que consta em

- a) aos entes da Federação realizar operação de crédito entre eles – ainda que por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, inclusive suas entidades da Administração indireta, e ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente
- b) Antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido
- c) Assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada – com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços – mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, exceto empresas estatais dependentes.
- d) realizar essas operações entre instituição financeira estatal de um ente com outro ente da Federação (inclusive entidades da administração indireta)
- e) ao Banco Central do Brasil emitir títulos da dívida pública a partir de dois anos da publicação da LRF.

80. Compete aos Tribunais de Contas alertarem os Poderes ou Órgãos quando for constatado, exceto:

- a) a possibilidade de que as receitas poderão não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas
 - b) que o total da despesa com pessoal ultrapassou 90% do limite
 - c) que as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantia se encontram acima de 90% dos respectivos limites
 - d) que se encontram acima do limite os gastos com inativos e pensionistas
 - e) houver limitação de empenho em desconformidade com a legislação
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
